

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



LIBERALISMOS

VOLUME 37. 2.^a SÉRIE - 2019

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO VISTA PELOS
EDITORIAIS DO JORNAL *DIÁRIO DA MANHÃ***
**THE CONSTRUCTION OF THE ESTADO NOVO IN THE
EDITORIALS OF THE *DIÁRIO DA MANHÃ***

VÍTOR NETO
vitormpneto@sapo.pt
FLUC; CEIS20
ORCID: 0000-0002-1713-9901

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2018
Texto aprovado em / Text approved on: 02/11/2018

Resumo:

O artigo propõe-se analisar o processo de construção do Estado Novo nos anos 30 a partir da leitura dos Editoriais do jornal *Diário da Manhã*. Assim, contextualiza-se o aparecimento do periódico em 1931 e articula-se este facto com a emergência da União Nacional fundada em 1930 e com os seus Estatutos aprovados em 1932. Mostra-se como o *DM* era o órgão oficial do «partido político» do regime ditatorial e aborda-se a ideologia Estado-Novista por ele divulgada. Num segundo momento, opõe-se a doutrina nacionalista ao individualismo e ao demoliberalismo que tinham pautado a velha República e que foram derrotados pela «Revolução Nacional». Explica-se a formação da Constituição de 1933, descreve-se o modelo Corporativo da República Unitária e revela-se a Escola no quadro das reformas educativas de Carneiro Pacheco. Como epílogo do texto, traça-se uma breve panorâmica das relações entre Portugal e Espanha desde o fim da Ditadura de Primo de Rivera (1931) ao termo da Guerra Civil com o triunfo das forças franquistas apoiadas pela Itália, Alemanha e Portugal.

Palavras-chave:

União Nacional, Constituição, Corporativismo, Escola, Guerra Civil.

Abstract:

This article analyses the construction of the Estado Novo during the 1930s through a reading of the Editorials in the *Diário da Manhã* newspaper. It begins by establishing the connections between the newspaper's appearance in 1931, the emergence of the União Nacional in 1930 and its Legislations, approved in 1932. The article then shows how the *DM* became the official organ of the dictatorship's «political party» and explores how the journal presented the Estado Novo's ideology, a nationalist reaction to the individualism and demoliberalism that had characterised the old Republic and were defeated in the Revolução Nacional. The article goes on to explain the formation of the Constitution in 1933, describes the Corporatist foundations of the República Unitária, and explains the workings of the School in the context of Carneiro Pacheco's educational reforms. The conclusion takes the form of a brief examination of relations between Portugal and Spain between the end of Primo de Rivera's dictatorship (1931) and the end of the Civil War with the victory of the Francoist forces supported by Italy, Germany and Portugal.

Keywords:

União Nacional, Constitution, Corporatism, School, Civil War.

A historiografia tem-se ocupado da história da construção do Estado Novo e o tema encontra-se muito estudado. No entanto, cremos que nos falta uma análise ainda que parcial do jornal oficial da União Nacional, que nos traga novos elementos para uma mais completa compreensão da estruturação do poder salazarista a partir dos seus textos. O *Diário da Manhã* era um quotidiano de propaganda do regime e a sua atividade entre 1931 e 1939 inseria-se no debate ideológico entre o «frentismo salazarista» e as oposições que jamais deixaram de combater a «Ditadura» primeiro e o Estado Novo depois. Escolhendo a «Doutrina» produzida pelos salazaristas como tema de divulgação popular, o jornal desempenhou um papel significativo na consolidação das estruturas estaduais no período que nos propomos estudar (1931-1939). Criado, em 4 de abril de 1931, o *DM* manteve-se durante todo o Estado Novo e foi um dos mais acérrimos defensores do regime. Definindo-se como jornal de doutrina política e grande informação enunciava um programa «independente de seitas e de

fações, superior à intriga dos corrilhos e liberto de sectarismo, tinha apenas como preocupação absorvente e dominante de bem servir os superiores interesses da Nação» afirmando-se jornal republicano declarava dedicar o melhor do seu esforço «a essa patriótica obra de reconstrução e de pacificação nacionais». Identificava-se, portanto, com o 28 de maio apresentando inicialmente o propósito de superar as querelas políticas, unindo os cidadãos em torno dos superiores interesses nacionais. Transformando-se no órgão da UN iria denegar as anunciadas intenções programáticas unitárias, seguindo uma linha cada vez mais acentuadamente sectária no culto fervoroso de Salazar. Segundo José Tengarrinha foram particularmente graves as suas frequentes acusações de anti-patriotismo aos que se destacavam na oposição ao Estado Novo, criando condições favoráveis para que fossem perseguidos e presos. Embora nunca tenha deixado de se apresentar como jornal de grande informação e de reportagens, com o decorrer do tempo a sua influência reduziu-se limitando-se a sua expansão, numa fase posterior àquela que nós estudamos aqui, quase só à distribuição gratuita ou por assinatura dos serviços oficiais. Entre 1931 e 1939 foram seus diretores Domingos Pulido Garcia, António de Sousa Gomes, Manuel Braga e Manuel Pestana Reis (Tengarrinha 1999).

Quando o *DM* foi criado, Salazar exercia o cargo de ministro das Finanças, mas já era a grande figura da «Ditadura» entendida como uma fase de transição entre o demoliberalismo e o Estado Novo. Prestigiado entre os seus, conseguiu afastar o coronel Vicente de Freitas e o general Ivens Ferraz e, a partir de 1930, com o apoio de Carmona, impôs-se como líder, sendo nomeado, em 1932, presidente do Conselho de Ministros. Entre 1930 e 1933 publicou o Ato Colonial, contribuiu de maneira decisiva para a fundação da União Nacional, decretou o Estatuto do Trabalho Nacional e fez aprovar a Constituição de 1933, peças essenciais na construção do novo regime. Por outro lado, lançou-se num programa de obras públicas (portos, estradas, «ruralização», monumentos nacionais, etc.) que pretendia fazer «ressurgir» Portugal. Salazar pensava ainda que era necessário criar entre os portugueses uma mentalidade nova e rejuvenescer as suas inclinações e costumes (*Diário da Manhã*, 27-2-1934). O *DM* envolveu-se desde o início na luta ideológica contra o reviralhismo republicano e contra outras forças procurando desmontar os princípios em que se baseara a 1ª República para evitar um regresso aos tempos da Constituição de 1911.

A União Nacional

Logo em 1930 foi fundada a UN que se transformou numa organização fundamental do Estado Novo português. Na verdade, não se pode dizer formalmente que a UN seja fundada por Salazar. Quem aparece como fundador é o ministro do Interior Lopes Mateus, embora Salazar seja o verdadeiro criador da organização, discursando por altura da apresentação do seu «*Manifesto*». Estudada por autores como Manuel Braga da Cruz e Luís Reis Torgal foi, na interpretação do primeiro uma associação cívica que deveria ser única segundo os homens do poder. Para ele, a UN vinha preencher o vazio deixado pela dissolução do Parlamento republicano e pela abolição da Constituição de 1911. Nesse ensejo, os partidos e os sindicatos do passado estavam praticamente dissolvidos ou controlados pelo novo poder (Cruz 1984). O objetivo da UN era o de procurar e conseguir obter o apoio da opinião pública ao regime. Os seus Estatutos foram aprovados em maio de 1932, sendo contemporâneos do projeto da Constituição. Os dirigentes do Estado Novo não identificavam a UN com um partido político⁽¹⁾, mas como um «terreno» onde poderiam convergir os diversos elementos da sociedade – republicanos, monárquicos, católicos e laicos, nacionalistas liberais e autoritários, corporativistas e sindicalistas. Segundo Reis Torgal, que publicou recentemente um artigo sobre a organização, Salazar demarcou-se do fascismo italiano com quem tinha tantas afinidades tentando mostrar a sua «originalidade». Para o nosso historiador, o Estado Novo pode ser definido como um «fascismo à portuguesa», revelando o seu aparente acordo com Manuel de Lucena que chamou ao Estado Novo um fascismo sem movimento fascista, pois o regime não teve o apoio das massas populares. Como Reis Torgal assinalou, tal posição de Lucena aproximava-o de Miguel de Unamuno que, em 1935, qualificou o Estado novo como um «fascismo de Cátedra». Quanto a nós, existiu em Portugal um regime fascista específico que o distanciava dos restantes fascismos apesar de se encontrarem tão próximos. As suas formas assumiram particularismos em cada país apresentando as suas semelhanças e as suas diferenças entre os regimes fascistas.

(1) A este propósito afirmava Salazar ao DM: «A União Nacional é incompatível com o espírito de partido e de facção política, julgando-se esse espírito contrário ao princípio de unidade moral da Nação e fins do Estado», DM 12-3-1934.

Criada, como se referiu, em 1930, a UN assumia uma ideologia expressa num firme nacionalismo e numa forte espiritualidade cristã, pois, embora fosse uma organização a-confessional (DM 25-5-1934) era dirigida, na sua quase totalidade, por membros do Governo⁽²⁾. Salazar era presidente da sua Comissão Central e a sua primeira Comissão Executiva, criada em outubro de 1933, foi presidida por Albino dos Reis. O seu I Congresso reuniu em maio de 1934 para discutir a natureza não totalitária da UN, perante a ameaça da concorrência nacional-sindicalista e para definir como aspetos prioritários da organização a institucionalização do regime e a construção do corporativismo (DM, 27-5-1934). Segundo António Costa Pinto, o I Congresso da UN estabeleceu o monopólio do espaço político pelo partido de Salazar, criando assim condições para a legitimação da dissolução do nacional-sindicalismo ou de qualquer tentativa de institucionalização de uma componente fascista no interior do Estado Novo em formação (Pinto 2015). Nesse Congresso seria proclamada por Salazar a legenda para o ano IX da revolução nacional – unidade, coesão e homogeneidade (DM 31-7-1934). Com a finalidade de desenvolver os estudos económico-sociais foi criado o Centro de Estudos Corporativos, presidido por Teotónio Pereira, em 1933, que viria a revelar o ecletismo de Salazar.

Se comparado com o controlo estatal italiano das corporações, o português foi mais um associativismo de tipo basista, como nos explica Hipólito de la Torre Gómez. A Câmara corporativa onde estavam representados os interesses dos grupos económicos e sociais, não tinha competências políticas, mas apenas técnicas e consultivas (Gómez 2011). No entanto, o corporativismo – como veremos – foi um instrumento eficaz de enquadramento repressivo dos trabalhadores, embora o salazarismo tentasse colocá-lo ao serviço da colaboração de classes. O DM afirmava, nos inícios do ano de 1934, através do seu diretor António Sousa Gomes algo de significativo:

A União Nacional deve ser a grande organização, a única mesmo, que, no período em que vivemos apoie o governo do Estado Novo. Defendemos a integração de todos os grupos num só: a União Nacional⁽³⁾.

(2) Além de Salazar faziam parte da direção da UN o ex-ministro do Interior Albino dos Reis, Manuel Rodrigues, Armindo Monteiro, Lopes Mateus, Antunes Guimarães, Nunes Mexia e ainda Bissaia Barreto, embora este não fosse membro da «Ditadura». (Cruz 1984).

(3) Assim se explica o convite de Salazar aos nacionais-sindicalistas para o seu ingresso nos quadros da União Nacional. O jornal em análise anunciava que os nacionais-sindicalistas tinham resolvido, em reunião, por unanimidade ingressar na UN. DM 31-7-1934.

Primeiro, porque o seu chefe é o chefe que aceita todos, os que desejam construir, de facto, o Estado Novo (*DM* 23-2-1934). Os princípios que a orientam, os mesmos da Constituição da República, permitirão a integração de todos os grupos num só: a UN, nacionalista, orgânica, restauradora e moderna.

Carneiro Pacheco, que presidia à Comissão Executiva, teve um papel significativo na formação da lista única para as eleições para a Assembleia Nacional. Para o jornal em análise, a doutrina salazarista procurava ligar a estrutura do Estado ao carácter orgânico da Nação. Por isso, o poder político seria organizado de maneira a que correspondesse no seu funcionamento, ao próprio funcionamento da Nação orgânica (*DM* 24-5-1934). Através do *DM* iniciou-se uma campanha de doutrinação corporativa e nacionalista, com o recurso a conferências e comemorações. O jornal revelava alguma preocupação por uma certa inércia da UN e, por isso, insistiu na necessidade de a organização reativar a propaganda dos seus princípios fundamentais num sentido não meramente político, como até aí, mas predominantemente educativo. Isso correspondia às preocupações da Comissão de Propaganda da UN (*DM* 7-3-1935), que resultavam da necessidade de combater as oposições as quais propagavam pela imprensa, pelo livro e pela conferência a negação dos princípios do partido do regime. Para o jornal à propaganda dos adversários de Salazar, «sob a forma de aparente neutralidade ou indiferentismo, de simples especulação literária ou filosófica» (*DM* 28-3-1935), havia que opor a «boa» ideologia necessária à formação de uma nova mentalidade social (*DM* 7-3-1935). A partir do ano de 1935, a UN resolveu enviar às sedes dos Distritos delegados seus para estreitar os contactos entre os diversos organismos componentes da estrutura e para difundir os princípios fundamentais do Estado Novo. A propaganda surgia como uma necessidade de mobilização social num momento em que a sua ação diminuía devido ao funcionamento das duas Câmaras do Parlamento (*DM* 12-4-1935). Posteriormente, a UN continuou a perder importância política devido à sua subordinação ao Governo e à administração. A Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa foram criadas como alternativa e passaram a ser estas organizações a ter a capacidade de mobilização social. Contra isto se manifestaram dirigentes como Nobre Guedes e Águedo de Oliveira (Cruz 1996) acérrimos defensores da UN.

A UN era no xadrez político a frente única da «Ordem», oposta à «desordem» de outras frentes. O salazarismo afirmou-se como um «frentismo» oposto à Frente Popular Portuguesa de José Domingues dos Santos, Afonso Costa e Jaime Cortesão (Pimentel 2018) e a outras frentes de inspiração marxista-leninista que pretendiam, com a sua atividade, tomar o poder. Segundo o jornal em análise, a «Frente única da desordem» associava todos os elementos de revolta, de desagregação e de anarquia opostos ao Governo e ao Estado. Desde professores, «boateiros», rapazes dos jornais, distribuidores de folhas clandestinas, funcionários públicos, que se serviam das suas posições profissionais para procurarem parar a marcha do Estado, até aos baixos agitadores que conspiravam através de atentados e de golpes de força (DM 19-3-1934). Esta luta entre «Frentismos» determinava a política condicionada pelas relações de força que se iam formando nas diferentes conjunturas.

Individualismo e Demoliberalismo

A «Ditadura» afirmou-se contra o liberalismo, a democracia, os partidos e o comunismo. Ora, o jornal em análise argumentava com a conceção atomista da sociedade liberal, que começava por ser a consequência do individualismo, fundamento da cidadania. O sistema representativo dos liberais tinha na sua base o cidadão, fonte da soberania que este delegava nos seus representantes. Os democratas da 1^a República apenas davam continuidade aos princípios assumidos pelos liberais da Monarquia Constitucional. O jornal colocava a ênfase no atomismo social que desligava os homens entre si. O indivíduo separado da comunidade só teoricamente existia. Era uma abstração na sociedade não orgânica. Ainda, segundo o jornal esta conceção abstrata da vida social dever-se-ia a Rousseau primeiro e à Revolução Francesa de 1789 depois. Sendo o mero somatório dos indivíduos que a compunham, a Nação não tinha teoricamente qualquer organicidade. Este individualismo oitocentista e dos inícios do século XX servira de fundamento à constituição dos parlamentarismos até à «Ditadura» saída do 28 de Maio de 1926. Daí o carácter anti-demoliberal do Estado Novo que não aceitava os partidos políticos tradicionais resultantes das divisões sociais. Para os ideólogos do novo regime, a célula mais pequena da sociedade era a família, a que se ligava o município e a província como elementos da Nação. Na

sociedade corporativa dominada pela «Ditadura» não poderiam ter lugar os partidos políticos inspirados nas concepções individualistas. Daí que Salazar tivesse posto um fim aos partidos e criasse a UN que, na prática, funcionava como partido único do regime.

Ainda segundo o diário, o individualismo teria tido o seu fim com a emergência do fascismo⁽⁴⁾, do hitlerismo, do salazarismo e do comunismo diferentes expressões políticas de sociedades que abandonavam a cidadania democrática e que se baseavam em modelos sociais orgânicos. E se é certo que o comunismo anatematizado pelos salazaristas apenas admitia a colaboração entre o operariado «mutilando» a ideologia anti-individualista, também é verdade que, para o jornal, não podia deixar de ser colocado na linha de pensamento que se opôs ao liberalismo e à democracia. Por isso, para o articulista do *DM*, a história recente exprimia a luta entre dois pensamentos: o individualista e o nazi-fascismo acompanhado pelo Corporativismo salazarista. Nesse ensejo, nos países ditatoriais assistira-se à agonia dos partidos tradicionais substituídos pelo partido único que sustentava os Estados. Sociologicamente o proletariado acompanhado, em certa medida, pelas classes médias revoltara-se contra o individualismo e, segundo o jornal, lançara-se nos braços de Hitler, Mussolini e Salazar. A construção do Estado Novo foi um processo complexo como se compreende pelo estudo da passagem da «Ditadura» de 1926 à constitucionalização do Estado em 1933. Nesta época as resistências ao modelo autoritário de Salazar sustentadas pelo reviralhismo republicano, pelo socialismo, pelo comunismo e pelo anarco-sindicalismo dificultaram a frente salazarista e a sua intenção de normalizar a vida político-social através da «Ditadura». O país viveu, desde 1926, uma Revolução nacional que tinha como finalidade a promoção do «ressurgimento» orgânico da Nação (*DM* 13-4-1933). Segundo o jornal,urgia que os organismos nacionais voltassem a tomar corpo, a funcionar de forma autónoma enquadrando os valores nacionais até então dispersos pelo individualismo. Em 1931, o diário falava do nacionalismo como elemento da doutrina salazarista exposta por

(4) Em Itália Mussolini mostrava como o século XX marcava «um renascimento unânime dos princípios opostos aos de 1789». Era o oposto da «ditadura plutocrática do século XIX». Ora o fascismo e o bolchevismo eram a negação das ideológicas miragens que envenenaram o século passado. O fascismo pelo extremo fortalecimento da autoridade e da mística nacionalista, o bolchevismo pela extrema experiência da anarquia e da mística revolucionária. (Loff 2008, 180).

Salazar em 30 de julho de 1930. O que restava dos partidos tradicionais associados às organizações marxistas formaram uma estrutura unitária com a finalidade de combaterem ideologicamente o salazarismo e o Corporativismo. Foi neste quadro de debate ideológico entre corporativistas e individualistas que se deram as revoltas da Madeira, dos Açores e da Guiné, intentonas inspiradas na Liga de Paris, mas que acabaram com a derrota do reviralhismo (*DM 7-4-1931*).

Na luta ideológica travada, logo em 1931, entre os apoiantes da «Ditadura» e os republicanos, socialistas, comunistas e anarcosindicalistas os primeiros afirmavam a «universal falência dos dogmas e das quimeras individualistas que dominaram o século XIX» e «levaram à catástrofe os países onde exerceram preponderância e onde o princípio individualista exerceu uma influência deletéria» (*DM 2-10-1931*). Segundo Pulido Garcia, diretor do jornal, durante este ano, o individualismo funcionava como um elemento desagregador da sociedade pelo facto de a polarizar numa luta de classes aparentemente irresolúvel (*DM 2-10-1931*). Na verdade, havia um problema de ordem pública, um duelo entre a «Ordem» do Estado forte e a Revolução permanente. O salazarismo manifestava um nacionalismo defensivo contra o qual se batia a frente republicano-socialista. Essa instabilidade revelava-se também no continente em ações de revoltosos como em Évora imediatamente qualificada por membros do regime como bolchevista. Daí a necessidade de uma mudança de rumo no país e da vitória definitiva da «Ditadura» para que a reconstrução nacional se iniciasse e o Estado se erguesse. Este tinha, na altura, uma função social importante que permitia valorizar a Nação com a política de «ruralização» levada a cabo por Salazar. Para os salazaristas a democracia parlamentar falira em virtude do indivíduo se encontrar só e de não ser mais do que um simples eleitor (*DM 19-1-1932*). Havia nestas teses uma clara intenção de atacar as associações livres e os sindicatos organizados pelos comunistas com a finalidade do desenvolvimento da luta pelos interesses de classe. Contra a luta de classes opusera-se, em Itália, o *Duce* que pretendia substituir tal política pela colaboração entre todos. O Estado forte deste país inspirava os salazaristas os quais em nome da destruição do individualismo pretendiam acabar com a ditadura do proletariado instrumento de destruição do poder político e da formação das comunas livres. Este afrontamento ideológico traduzia as divisões da sociedade durante o salazarismo. A transformação social e política

no sentido em que apontava o Estado Novo exigia igualmente uma mudança das mentalidades sociais. Nesse sentido, o jornal acreditava que era necessário opor ao individualismo da mentalidade partidária o espírito patriótico e nacionalista. Para isso, os Situacionistas contavam com o papel da Escola, da Igreja e da Imprensa como mecanismos de modelação das consciências sociais. A família, o município, os sindicatos e os grêmios seriam os elementos orgânicos da Nação anti-individualista. Ora, para que a Nação fosse preservada dos «perigos dissolventes» havia a necessidade de acentuar o papel da censura. Só assim se evitariam «os perigos dos internacionalismos: os livros, os folhetos, a apologia do socialismo russo, ou do amor livre» (DM 26-2-1934).

A Constituição

Saída do 28 de maio de 1926, a «Ditadura» deveria ser transitória mantendo-se apenas durante o tempo necessário para a consolidação do novo regime. Daí que, logo em 1931, o jornal da UN comesse a publicar variadíssimos artigos sobre a Constituição portuguesa e as Constituições de outros países com a finalidade de abrir o debate sobre o teor do novo texto que deveria constitucionalizar o regime. Posta de parte a Constituição demoliberal de 1911 pelo DM, apresentaram-se textos constitucionais que poderiam inspirar os redatores portugueses da nossa Constituição. Em dezembro de 1931 foi criado o Conselho Político Nacional que integrava personalidades de várias sensibilidades apoiantes da «Ditadura» com a função de dar parecer sobre os projetos da futura Constituição. Em 5 de maio de 1932, o Conselho reúne pela primeira vez para se pronunciar sobre um projeto de Constituição apresentado por Salazar ainda ministro das Finanças. Nele trabalharam Fezas Vital, professor da Universidade de Coimbra, o «discreto, mas omnipresente», Quirino de Jesus e Marcello Caetano vindo do integralismo e recém-convertido ao «frentismo» salazarista. O texto foi apresentado para debate público, a 28 de maio de 1932. Depois disso, os cidadãos foram chamados a pronunciar-se sobre o documento elaborado sob a supervisão de Salazar, facto que viria a ocorrer em março de 1933. O debate do projeto antes do plebiscito teria sido «morno» e controlado pelos salazaristas. Segundo Fernando Rosas, os liberais conservadores, a direita ultramontana e a direita radical criticaram-no, por razões

diversas, enquanto os salazaristas se colocaram no centro e defenderam o documento. António Ferro chegaria a dizer que havia uma ofensiva geral contra o projeto, o que era um exagero (Rosas 1994) Na imprensa, sobretudo no *Diário de Notícias* (Serrano 2017), n' *O Século*, no *Comércio do Porto* e n' *O Primeiro de Janeiro*, surgiram críticas ao texto, mas apesar disso, os autores defendiam a constitucionalização do regime. No mês de março de 1933, quando o país caminhava para o dia do plebiscito, a 19 desse mês, o *DM* publicou vários artigos favoráveis à Situação sobre a Nova Constituição. Confrontando-se com o modelo russo que, segundo o jornal visava criar o paraíso terrestre para as massas proletárias, mas cujo Estado se apropriava de bens e pessoas, também não deixava de criticar o modelo italiano pela tendência para se exagerar o papel do Estado refletido na máxima «Tudo no Estado. Nada fora do Estado» o que significava uma certa tendência para retirar aos pais o papel de educar os filhos. Segundo o jornal em Portugal, não existiam na nova Constituição os exageros russos e italianos, pois havia um equilíbrio entre as funções do Estado e a vida privada dos cidadãos (*DM* 23-2-1933). De acordo com o espírito da Constituição os portugueses viam, no seu dia a dia, a sociedade transformada pelo Estado nas suas diferentes modalidades. Para além disso, a Câmara Corporativa e a Assembleia Nacional seriam dois poderosos elementos atribuídos pela Nação ao Estado. A Constituição de 1933 refletia o pensamento político da «Ditadura». Isto seria o suficiente para garantir à Nação uma vida nova em harmonia com as suas tradições e a defesa de uma ordem política, económica, social e moral, à altura da Civilização Romano-Cristã à qual, na altura, todos os cidadãos conscientes julgavam pertencer. Esta nova Constituição era o oposto da Constituição de 1911 a qual, enquanto durou, não representava uma verdadeira normalidade constitucional dada a ruína progressiva do Estado e a luta político-partidária (*DM* 6-3-1933). A «Ordem» constitucional, após o plebiscito, iria ser restaurada e surgiria uma vida nova. Sendo assim, o jornal não hesitava em fazer um apelo ao voto dos portugueses no dia 19 de março de 1933. O mesmo fazia o *Novidades* quanto ao voto dos católicos, pois embora o projeto não satisfizesse completamente as aspirações católicas isso não deveria impedir a sua votação na Constituição que julgavam positiva.

Na discussão os salazaristas apenas foram verdadeiramente contrariados por um «contraprojecto» de Vicente de Freitas que defendia o reforço dos poderes presidenciais e a atribuição de poderes

políticos efetivos à Câmara Corporativa. Os argumentos do general seriam rebatidos pela UN e ele seria demitido de presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Também os integralistas se bateram com igual insucesso contra o projeto. Este seria publicado em 22 de fevereiro de 1933 e o plebiscito marcado para 19 de março, como já se disse. O voto era obrigatório, considerando-se como voto tácito concordante, os abstencionistas, que não provassem impedimento legal. A 9 de abril a Constituição foi aprovada e a 11 de abril entrou em vigor o texto constitucional de 1933 (Rosas 2012). A Constituição deste ano seria um documento eclético. No dizer de Salazar, o Estado deveria ser forte, mas limitado pela moral, pelo direito das gentes e pelas garantias e liberdades individuais (Cruz 1988). A estrutura básica liberal seria refletida no princípio da separação de poderes e na eleição de uma Assembleia representativa com capacidade legislativa e fiscalizadora sobre os atos do Governo. O autoritarismo do poder bicéfalo repartido entre um poder executivo dominado pelo Presidente da República e pelo Presidente do Conselho sem responsabilidades perante o Parlamento estava presente. O primeiro era eleito por sufrágio popular de sete em sete anos, ao passo que o segundo apenas respondia perante o Chefe de Estado. A Constituição transigia com ideias demoliberais com as quais o ditador nunca esteve de acordo, mas na prática negava-as quando pretendia publicar leis especiais que poderiam anular o liberalismo presente no texto constitucional.

No momento em que se realizaram as eleições para a Assembleia Nacional coube à UN realizar o trabalho de mobilização social em todo o país. O sufrágio não era universal, mas os dirigentes do partido único não deixaram de revelar alguma preocupação com os resultados eleitorais. Na altura, a UN sentiu necessidade de lutar contra a Frente Republicana Socialista e contra os comunistas. Por outro lado, teve de combater o perigo da abstenção na lista única na qual figuravam pela primeira vez três mulheres. Era o processo de constitucionalização do Estado que estava em movimento e, por isso, a UN teria de derrotar os seus opositores. Para esse efeito, realizaram-se inúmeras sessões de propaganda por todo o país. Salazar participou na campanha usando o rádio para difundir as suas ideias. Este dirigente político afirmava que, com a eleição da Assembleia Nacional, a «Ditadura» acabava, mas a Revolução continuava. Os resultados traduziram-se numa alta participação dos inscritos, embora este número fosse bastante baixo.

A Assembleia Nacional foi eleita o que permitiu a sua reunião a breve prazo, assim como a Câmara Corporativa.

No que concerne à prática constitucional indispensável para defender o funcionamento do regime, Fernando Rosas que temos seguido neste aspeto, mostrou como se deu um esvaziamento do poder dos órgãos legitimados pelo sufrágio direto o que significava a diminuição de poderes da Assembleia Nacional e do presidente da República e a sua concentração no Governo. Na prática, criou-se uma ditadura pessoal do chefe do executivo. Por outro lado, embora consagradas constitucionalmente as liberdades fundamentais foram suprimidas por uma regulamentação através de leis especiais. Daí resultou a criação de um Estado Policial, de um corporativismo de Estado fundamentalmente económico e subordinado, de um Estado que se situava próximo do totalitarismo e do «renascer do Império» com toda a sua «mística imperial». Neste aspeto o Estado Novo continuou a ideologia da 1ª República. A estrutura político-constitucional funcionava e reproduzia-se através do recurso à propaganda nacional e à «política do espírito» de António Ferro (Rosas 2012).

Estado Corporativo

O Estado Novo era uma «República Unitária e Corporativa» (artigo 5º da Constituição) um regime de «terceira via» que se situava entre o capitalismo «plutocrático» e o socialismo, embora como Luís Reis Torgal salientou o corporativismo funcionasse como um dos elementos do Estado «totalitário» de acordo com o «fascismo à portuguesa». No nosso caso, o fascismo construiu o Estado corporativo como um modelo que pressupunha uma intervenção do poder político na economia, mas que não punha em causa o capitalismo nem a propriedade privada (Brito 1996). Esta forma de poder apontava para a criação de uma economia autogerida pelas corporações. Com origens na Idade Média, o corporativismo (Rosas, Garrido 2012) seria influenciado pelo catolicismo social, pelo pensamento contra-revolucionário antiliberal do século XIX e pelo fascismo de Mussolini através da *Carta del lavoro* de Giuseppe Bottai (Serapiglia 2011). Assim, o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN) publicado em setembro de 1933, que proibia a greve e o *lock out*, seria um documento com claras influências italianas e exprimia

a intenção de substituir a luta de classes pela colaboração interclassista⁽⁵⁾ embora o fascismo português sempre declarasse a sua «originalidade». Ainda, nesse mês, um novo diploma apenas autorizava a existência legal dos novos Sindicatos Nacionais (SN), cujos estatutos tinham a prévia autorização do Governo sob pena de serem encerrados. Através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), o Governo assumia poderes de fiscalização, intervenção e orientação sobre a vida sindical e a contratação coletiva de trabalho (Pimentel 2018). Por outro lado, inspirando-se na organização italiana *Dopolavoro* e no *Kraft Durch Freude* alemão, o Estado Novo criou, em 1935 a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), organização que tinha como objetivo ocupar os tempos livres dos trabalhadores.

O Estado foi definido pela Constituição de 1933 como um Estado Corporativo, o que o opunha ao Estado liberal assente no individualismo. Construído de cima para baixo o modelo corporativo foi-se desenvolvendo aos poucos no quadro do regime. Ao discursar na UN, em janeiro de 1934, Salazar falava da Revolução corporativa e do autogoverno da economia que ela representara. Segundo o Chefe do regime, o poder central do Estado intervinha para regular o corporativismo que se definia através dos elementos componentes do sistema produtivo. Ainda segundo ele, a revolução corporativa teria sido guiada pelo Estado como opositor que era da «plutocracia» (DM 15-1-1934). A UN defendia este Estado organicamente corporativo fundado na família que funcionava como fundamento de toda a ordem política. Na prática, a construção do Corporativismo foi muito lenta. No entanto generalizou-se, nessa altura, o interesse pela criação de grémios, Sindicatos Nacionais e Casas do Povo⁽⁶⁾. Esta criação das estruturas do Corporativismo poderia ser «forçada» pelo

(5) O ministro da Justiça Manuel Rodrigues antes da publicação deste decreto falou contra os verdadeiros atentados contra a economia nacional, como a greve para os operários e *lock-out* para os patrões. Assim, segundo o ministro, ao período do individualismo sucedia um período de nacionalismo construtivo, em que as classes põem em comum a sua ação para um melhor rendimento do conjunto. E concluía o jornalista: «Marx, na verdade, foi vencido. A luta de classes (esse mito catastrófico) dará lugar, na Pátria que estamos erguendo à colaboração de classes». DM 20-2-1934.

(6) Eram Casas de Cultura e Recreio. Elas foram abrindo lentamente pois, até 1935, apenas havia 100 devido às resistências das freguesias. O jornal que estamos a analisar afirmava que a gente rica não compreendia a medida. A falta de influência da Igreja, o absentismo dos proprietários e a falta de orientação da Escola concorriam com a taberna para a desmoralização das populações. DM 28-3-1935.

poder político, porque era um princípio Constitucional, mas o sistema preferia esperar pelo movimento espontâneo da sociedade na organização corporativa das indústrias. Sendo assim, não nos surpreende que Marcello Caetano, no seu manual *Lições de Direito Corporativo*, afirmasse, em 1935, que em Portugal ainda não havia um Estado Corporativo.

Embora Salazar dissesse, nos anos 30, que governava à inglesa o Corporativismo nacional distanciava-o da democracia da Inglaterra e das suas liberdades públicas e privadas. No plano das realizações concretas, sabe-se que o Corporativismo avançou paulatinamente no território nacional e que o interesse pelos seus organismos foi aumentando. Num quadro caracterizado pela colaboração de classes o Estado deveria, segundo o jornal, apoiar o operariado e os Sindicatos Nacionais. Por seu lado, os articulistas pensavam que os operários não poderiam hostilizar o poder político apoiado pela UN e pela maioria da sociedade portuguesa. A nova economia (*DM 17-2-1934*), embora se baseasse num corporativismo de associação, exigia a reforma do aparelho de Estado, a criação de uma mentalidade nova nos funcionários públicos e a conciliação das classes sociais. Para realizar estas transformações era necessária a propaganda difundida por «apóstolos» que divulgariam os novos valores nos sindicatos e no patronato (*DM 12-1-1934*). Com o Corporativismo inaugurou-se uma política do bem comum que consistia na construção do futuro nas Casas do Povo, nos grêmios e nos sindicatos. Se no passado foi longa a separação entre a Nação e os seus dirigentes (liberais e democratas), estes teriam, na ótica do jornal em análise, esquecido o povo. A democracia teria sido no plano dos seus efeitos reais, uma «demofobia» e só com o advento do Estado Novo se teriam conquistado os «benefícios» da «demofilia» tradicional, ou seja, de uma aproximação ao povo (*DM 7-3-1934*). Esta política, para se perpetuar, exigia o combate dos seus construtores ao comunismo numa «luta de vida ou de morte» (*DM 15-3-1934*) e à maçonaria proibida, em Portugal, em 1935⁽⁷⁾. Segundo Salazar, esta era a geração do «sacrifício» que estaria a preparar a cidade do futuro. Ao contrário Marx teria

(7) Por proposta do deputado José Cabral apresentada na Assembleia Nacional em 19 de janeiro de 1935 e votada favoravelmente em 8 de abril de 1935 a maçonaria foi dissolvida logo a seguir. A Assembleia Nacional era dirigida por José Alberto dos Reis e o autor da proposta eram membro da UN tendo vindo do nacional-sindicalismo de Coimbra. O grão-mestre Norton de Matos protestou contra a proposta do Governo, mas em vão. Com a nova estratégia da URSS e da III Internacional os comunistas procuravam

defendido a «monstruosidade bárbara» do mito da Revolução Mundial do proletariado, alcançável pela intensificação da luta de classes. Só que, para o jornal, o comunismo era o contrário do paraíso que os «idealistas» do materialismo histórico esperavam (*DM* 3-7-1935).

Se bem que a ideologia dominante, durante a governação constitucional, fosse a da elite salazarista havia ainda algum espaço para o debate de ideias especialmente sobre o poder político. Foi assim que o *DM* criticou António Sérgio e as suas ideias sobre o «envelhecimento do Estado», que fazia dele uma coisa inútil, contestou a teoria de Lenine sobre o comunismo e a extinção do poder político decorrente da evolução do processo histórico, ou ainda o socialista Ramada Curto e as corporações que ele admitia virem a formar-se (*DM* 26-4-1933). No quadro da discussão de ideias, os articulistas do jornal oficial da UN lutavam contra aquilo que eles chamavam o «espírito derrotista» substituindo-o pela confiança no Estado. Por outro lado, confrontavam-se com o marxismo «puro», ou seja, com o comunismo, ou ainda com o marxismo de Henri Mann identificado com o socialismo. Ora, a questão social tão cara ao marxismo-leninismo era resolúvel pelos Situacionistas pelo recurso ao Corporativismo (*DM* 1-5-1933). Era na Itália fascista que Bottai, um dos criadores desta modalidade económico-social e política, afirmava que o Estado Corporativo era «a verdadeira consciência do povo, o Estado que tem nas suas mãos os fios de toda a atividade social, que está presente em todos os seus aspetos, que em si ordena todas as forças e interesses» (*DM* 9-7-1933). Na verdade, a longa duração do fascismo ficou a dever-se, em grande medida, ao corporativismo. Ainda, segundo Bottai, a solução para a derrota do individualismo só poderia encontrar-se no nacionalismo orgânico que integrava os grupos neutrais da sociedade, nos seus fatores vitais de produção, de conservação e de desenvolvimento. Para o jornal, o corporativismo era um movimento quase universal, pois a história moderna e a vida contemporânea exigiam a conceção corporativa do Estado. Tal como em Itália, em Portugal assistia-se a um movimento em direção ao Estado Corporativo. Nele teve uma grande influência o secretário de Estado das Corporações Teotónio Pereira, ao repudiar os dogmas individualistas e ao aceitar «os princípios orgânicos da Sociologia moderna» (*DM* 9-7-1933). A história recente provava, segundo o jornal em análise, que o Estado Corporativo era uma experiência em movimento «vitoriosa».

imitar a maçonaria nos países burgueses e tentavam também atuar nos exércitos dos países capitalistas e desmembra-los. *DM* 9-11-1935.

Os ideólogos do Estado Novo atribuíam à Câmara Corporativa uma especial importância pois, embora não tivesse passado de um organismo consultivo, não deixava de se pronunciar emitindo os seus pareceres escritos essenciais. Assim, para os Situacionistas o Corporativismo revelava uma franca superioridade em relação ao liberalismo como se podia comprovar com o modelo italiano que, segundo o jornal, revelava métodos político-sociais de «excelência». E, embora Salazar dissesse que não procurava imitar o fascismo, também é verdade que os dirigentes salazaristas não podiam eximir-se a aproveitar do seu exemplo aquilo que se revelasse útil (DM 2-1-1937). Em Portugal, o Estado Corporativo representava a «Ordem», ou melhor uma certa «Ordem» enquanto em Espanha, sem Estado unitário, a anarquia espontânea surgisse em toda a sociedade atormentada com a guerra civil e com as suas tragédias. Salazar dizia, durante o ano de 1934, que em Portugal se estavam a ver «coisas novas» a maior das quais seria a reforma das mentalidades. Os portugueses estavam a assistir a uma Revolução Nacional sustentada por novos elementos como a «organização da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa», o «rearmamento do Exército», a «participação na Exposição de Paris», a «Exposição histórica colonial», a «Embaixada dos Portugueses do Brasil», o «Cortejo Folclórico e Etnográfico», a «publicação do Código Administrativo» e a «colocação do Crucifixo nas Escolas» (DM 13-6-1937). Ora, para o DM, estes acontecimentos e realizações causavam grande satisfação nos salazaristas e contrastavam com a situação vivida em Espanha varrida a ferro e fogo pela violência da guerra civil a partir de 1936.

A Escola

Para o DM havia necessidade de uma adequação dos valores da Escola aos valores do Estado, pois, só assim, poderia haver uma consonância ética transmitida pelo poder político e pelos seus mecanismos. Os articulistas do jornal visaram primeiro a Universidade e os seus professores que difundiam, segundo pensavam, uma ideologia contrária ao Estado Novo e corrompiam os alunos «envenenados» pelas ideias que transmitiam (DM 11-3-1934). Segundo o jornal, em nome da ciência neutra (DM 16-3-1934) e da soberania da razão o professorado difundia um ensino eclético que tendia a afastar os seus discípulos do Estado Novo. Havia um exagero nessas críticas, pois nem todos os professores se colocavam à margem

do regime e, contra isso, muitos deles se manifestaram. No entanto, parece-nos que a herança científica da República ainda se fazia sentir e, por isso, muitos professores não aceitavam as ideias do Estado Novo. O *DM* estava atento às ideias divulgadas entre os estudantes já que o meio era propício à penetração do marxismo e do leninismo que alimentavam o sonho revolucionário de muitos jovens. Por outro lado, o Governo julgava que a Universidade tinha estudantes em excesso já que muitos deles desempregados, após a conclusão dos seus cursos, conspiravam na frente popular contra o Estado Novo. Daí que se falasse na necessidade de estabelecer o *numerus clausus* para que o ensino superior fosse seletivo e fizesse diminuir o número de estudantes. Desta forma, a uma Universidade quantitativa deveria opor-se uma Universidade qualitativa. Para os ideólogos do regime a sua reforma estava na ordem do dia. A crítica também se estendia aos professores do Ensino Secundário que eram, segundo os articulistas do jornal, «inimigos do Estado» e verdadeiros demagogos para os seus alunos (*DM* 20-3-1934). Daí que também neste grau de ensino se defendesse um saneamento do professorado. À crítica aos docentes não escapavam os do ensino primário que, abertos ao saber «enciclopédico» da República, cometiam o «erro» de não criticarem este tipo de ensino. Segundo se escrevia no jornal, com todo o exagero, o professorado primário «constituía a imensa legião secreta do Revirvalho comunista oposta ao pároco de aldeia» (*DM* 22-3-1934). Por outro lado, o diário no seu desejo de reforma da escola criticava o ensino de História por nele não se desenvolver o estudo sobre o Império necessário à formação de uma mentalidade colonial. Segundo o *DM*, a Escola continuava, apesar de tudo, ao lado do Estado Novo. A influência de Marx, de Lenine e de outros fazia-se com preferência no ensino, pois sendo este um lugar de assimilação das ideias e de grande sociabilidade era acessível à penetração do pensamento de oposição. Daí as grandes preocupações que o jornal da UN revelava com o comunismo eram exageradas, pois este não exercia tal influência. Porém, o fantasma obedecia à estratégia de combate do jornal ao modelo Soviético. Na verdade, o tema (novo) do comunismo foi lançado publicamente por Salazar, em Janeiro de 1934, no Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, na sessão de apresentação da nova organização estatal da Juventude, a Ação Escolar Vanguarda criada, a pedido do chefe do Governo, pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), para integrar a juventude nacional-sindicalista (Pimentel 2018). Porém, a parte mais importante do seu discurso foi aquela em que ele disse que o comunismo

se convertera na «grande heresia da nossa idade». A partir daqui foram publicados inúmeros escritos de ataque ao comunismo, incluindo a *Rússia de Hoje e o Homem de sempre* (1935) de Leonardo Coimbra, um intelectual vindo do Republicanismo.

O *DM* começou a falar de Carneiro Pacheco para ministro da Instrução e, na verdade, ele viria a ocupar esta pasta procedendo a uma reforma do ensino. Uma vez no ministério publicou, a lei de bases da Educação Nacional, em 16 de abril de 1936 (o decreto nº 1.941) (Torgal 2009). Através deste decreto remodelou o ministério e mudou o seu nome: o Ministério da Instrução Pública de «sabor demoliberal» seria substituído pela designação mais abrangente de Ministério da Educação Nacional. Esta lei visava reformar essencialmente o ensino primário. Adversário da escola laica, substituiu-a por uma Escola com predominância religiosa. Ou, por outras palavras, com ele assistiu-se ao regresso de Deus à sala de aula. No entanto, como se sabe, o Estado Novo nunca permitiu a concretização de um «Estado Católico», embora muitos católicos o defendessem. Para isso, lançou uma vasta campanha em todo o país de reposição dos crucifixos na Escola organizando para o efeito grandes festas locais (Neto 2015). Nos seus *Discursos*, ainda antes de ser ministro, Carneiro Pacheco mostrou-se preocupado com a Escola e com o seu lugar na sociedade em conjugação com a Igreja. Ele sabia que o ensino era fundamental para a moldagem das consciências e, por isso, escreveu páginas significativas referentes ao enquadramento escolar no regime. Adversário do materialismo defendia a Escola cristã e a sua cooperação com a família. No seu sistema de ensino o professor não deveria ser um burocrata, mas antes um modelador de almas. Para além disso, era também adversário da Escola neutra em nome de uma pedagogia Estatal. Através da difusão dos valores e dos princípios do Estado Novo, Deus, Pátria, Família, Autoridade, Trabalho, a Escola deveria reproduzir a ideologia da sociedade. A Universidade, por seu lado, servia para formar o escol social e, por isso, também ele era contra um ensino superior com demasiados alunos. Como Salazar, afirmava que à maioria dos portugueses bastaria saber ler, escrever e contar. Nesta perspetiva, contrária ao ensino republicano, decretou a adoção do livro único para o ensino primário. Este deveria conter as matérias enunciadas nos programas respeitantes ao ensino da língua materna, da aritmética, dos trabalhos manuais e labores femininos e da educação moral (*DM* 31-3-1937). O ensino primário elementar passava a ser ministrado em três

classes sucessivas com a finalidade de formar a «personalidade moral dos alunos e subministrar-lhe um grau elementar de cultura» (DM 31-3-1937). Por fim convém afirmar, que embora a Escola de Carneiro Pacheco não fosse totalitária, contrariamente à Escola fascista de Bottai, sabe-se que existem algumas similitudes com a *Carta della scuola*, embora esta fosse de publicação posterior (1939). Por outro lado, coube-lhe a criação da Mocidade Portuguesa (maio de 1936), da Mocidade Portuguesa Feminina (dezembro de 1937) e da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN). Durante os primeiros meses após a sua fundação existiu um grande movimento de adesões à Mocidade Portuguesa que ultrapassava a juventude escolar. A Legião Portuguesa foi fundada em setembro de 1936 na sequência de um comício anti-comunista organizado pelos «sindicatos nacionais» e representou uma certa pressão de certos sectores recém-aderidos ao regime (Pinto 2015) O DM acompanhou a ação de Carneiro Pacheco no ensino e as suas páginas refletem o labor do ministro no campo da reforma escolar. Com ele a Escola tornou-se num dos grandes mecanismos de produção ideológica do Estado colocando-se ao lado da Igreja na difusão dos valores dominantes e na adequação das consciências ao regime salazarista.

As relações entre Portugal e Espanha

Sabe-se que o fim da Ditadura de Primo de Rivera e o triunfo da II República espanhola, proclamada a 14 de abril de 1931, gerou alguma tensão entre os países ibéricos. Os adversários de Salazar como Jaime Cortesão, Bernardino Machado, José Domingues dos Santos, Cunha Leal e muitos outros começaram a afluír a Espanha. O território do país vizinho tornou-se num grande espaço de deslocação e abrigo para todos os opositores do Estado Novo (Oliveira 1988) os quais conspiraram, a partir daí, contra o regime de Salazar. Socialistas, comunistas e anarquistas com influência bolchevique, do pensamento libertário e com a colaboração da república espanhola tentavam derrubar a «Ditadura». Contra a «desordem» dos republicanos portugueses que operavam em Portugal e em Espanha, opunha-se a «Ordem» lusa apoiada nas «reservas patrióticas» que, segundo o jornal, existiam na nossa sociedade. Em 1931, havia uma grande necessidade de constitucionalização do regime salazarista, enquanto se generalizavam os ataques da imprensa portuguesa à

República espanhola acusada de conceder grandes facilidades às manobras dos emigrados portugueses contra o regime vigente em Portugal. Foi neste contexto de tensão entre os dois lados da fronteira que se formou o Grupo de Estudos Democráticos que procurava influir na evolução das políticas dos dois países. Os emigrados portugueses, em Madrid, a que se juntava o reviralhismo republicano, que se deslocara de Paris para a capital espanhola, faziam propaganda política em Espanha sem que fossem incomodados pelo Governo espanhol. Os membros da Liga de Paris vinham, como já se sugeriu, com frequência a Madrid e Afonso Costa, Bernardino Machado e outros participarem em atos públicos juntamente com o Governo espanhol. À frente portuguesa, apoiada pelos espanhóis, opunha-se um frentismo salazarista que manifestava um nacionalismo defensivo perante as ameaças revolucionárias nessa conjuntura difícil. Em virtude do desenrolar da situação na Península Ibérica havia uma preocupação europeia pelo caminho prosseguido pela Espanha e pelas suas consequências em Portugal. Na fronteira, portugueses e espanhóis conspiravam contra a «Ditadura» de Salazar e, segundo o *DM*, havia uma aliança revolucionária entre vizinhos. O «Sovietismo» centralista através dos seus agentes agia nos dois países no seio das classes populares. Segundo as «leis sociais» a ação revolucionária levaria à instauração da ditadura do proletariado que, no dizer do jornal, abriria caminho para a realização do comunismo. O «bolchevismo ocidental» levava mesmo à realização de um «Congresso dos deportados», como assembleia típica da Revolução no seu movimento. Ao invés, na política nacional assistia-se à primazia da Nação em relação ao individualismo anarquista, comunista e republicano. Em Portugal, a Nação organizada corporativamente impunha-se ao Estado, estrutura que dela imanava. Na clandestinidade o PCP, com as suas organizações, resistia e procurava passar à contra-ofensiva. O partido saíra relativamente preservado da repressão sequente à tentativa de greve geral de 18 de Janeiro de 1934, conseguindo manter a saída regular do jornal *Avante*. Através de Espanha mantinha o seu relacionamento com a IC enquanto os seus quadros eram formados na Escola leninista de Moscovo. Em 1935, duas delegações portuguesas participaram respetivamente, no VI Congresso da Internacional Comunista da Juventude (ICJ) e no VIII Congresso da IC, realizados em Moscovo (Pimentel 2018). Entre os dirigentes que se destacaram na luta contra o fascismo encontravam-se «Pavel», Bento Gonçalves, o jovem Álvaro Cunhal e outros. Quando eclodiu a Guerra Civil de Espanha, em 1936,

os comunistas portugueses participaram no conflito integrados na União Antifascista de Resistência Portuguesa (UARP).

Em 1936, O Estado Novo continuava a confiar no Exército que se mantinha na linha de defesa da «ordem» contra a conflitualidade. É que, de acordo com o jornal, «A subversão continua a divulgar papéis que apelam à desordem» (DM 10-2-1936). O Exército e a Nação confluíam nos mesmos objetivos e ambos estavam identificados com o Estado Novo. No entanto, a sociedade era alvo da difusão da propaganda por parte da resistência («boatos e papéis anónimos»). O Exército funcionava como a verdadeira guarda da Nação uma vez que se mantinha fiel aos princípios da Revolução. É certo que a III Internacional transformou Portugal numa zona de intervenção dos seus militantes, embora o jornal diminuísse o significado da agitação «mais fictícia do que real», embora atribuísse ênfase à chamada «política da verdade» de Salazar, que se opunha à chamada «política da mentira» dos seus adversários.

No limiar do Ano VI da sua publicação o DM que, entretanto, vira o seu diretor, Manuel Braga, substituído por Manuel Pestana Reis (1894-1966)⁽⁸⁾ lançou fortes ataques contra o comunismo. Nesta fase, todos pareciam beneficiar da «Ordem» com exceção dos comunistas portugueses em Espanha. Os anarquistas foram um problema do governo republicano, porque dirigiram a maioria do forte movimento social da Espanha dos anos 30 (Varela 2018). As eleições realizadas neste país em Fevereiro de 1936 as quais deram a vitória, por escassa maioria, à esquerda coligada (PSOE, PCE, Partido Obrero de Unificação Marxista, POUM, e Partido Sindicalista) vieram mostrar a existência de «duas Espanhas» que representavam projetos antagónicos que faziam pensar na possibilidade da existência de confrontos (Oliveira, 1988). A 17 e 18 de julho de 1936 iniciou-se a Guerra Civil em Marrocos e em toda a Espanha. Segundo Raquel Varela esta Guerra foi um dos principais

(8) Manuel Pestana Reis foi um advogado, escritor, jornalista e poeta. Frequentou o curso do Liceu do Funchal e depois disso matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Porém, concluiu o curso de direito na Faculdade de Direito de Lisboa. Inicialmente poeta transformou-se em jornalista tendo colaborado em vários jornais da Madeira e do continente, entre eles *O Imparcial*, *Correio da Madeira*, *Jornal da Madeira* e, mais tarde foi diretor do *Diário da Manhã*. Foi professor do Liceu do Funchal e do Liceu Passos Manuel e dirigiu durante vários anos a Casa Pia de Lisboa. Desempenhou também o cargo de vogal da Câmara Municipal do Funchal e o de procurador da Junta Geral do Distrito do Funchal. Para além da poesia deixou um livro intitulado *Consciência Nacional e Consciência Política*.

acontecimentos do século XX. Ela simbolizava as contradições políticas e sociais do mundo entre guerras, que surgiu dos escombros da crise de 29. A Guerra Civil foi também um conflito de grande impacto internacional. Nela participaram milhares de voluntários a defender a República, nas Brigadas internacionais e entre eles também portugueses (Varela 2018).

Portugal deu um grande apoio logístico a Espanha, forneceu armamento aos franquistas e utilizou a imprensa censurada no apoio ao franquismo. O número de portugueses que combateram ao lado das tropas nacionalistas, segundo algumas fontes rondaria os 30.000 homens e eram designados pelo nome de Viriatos (Oliveira 1988). Por seu lado, teriam participado na guerra ao lado das tropas republicanas cerca de meio milhar de portugueses de origens políticas diversas. Segundo o historiador César Oliveira esse apoio teria sido determinante para a vitória de Franco. A guerra tornou-se no grande tema do *DM* que passou a seguir quotidianamente o conflito que serviu como arma de arremesso contra as oposições em Portugal. Denunciando a violação da fronteira portuguesa por parte dos comunistas, falando na reconquista do General Franco e das tropas que chegaram de Marrocos, o jornal profundamente anticomunista, como sempre, afirmava que o comunismo era a guerra importando destruir as suas causas. À proposta de um acordo de não intervenção na Guerra Civil de Espanha feita pelos Governos de França e de Inglaterra, o Governo português anuiu, mas levantou algumas reservas quanto ao seu conteúdo especialmente no que dizia respeito aos perigos que o conflito em Espanha criava a Portugal. Para o seu cumprimento eram necessárias garantias dadas pelos países em causa para que ele pudesse ser integralmente cumprido.

Portugal não se opôs à criação de um Comité, proposto pela França e sediado em Londres, para acompanhar a evolução da situação em Espanha. Porém, o Governo de Salazar, entendendo que não se encontrava suficientemente esclarecido, não participava nele. O ditador tinha dúvidas sobre os poderes efetivos do Comité, organismo representado por várias nações. Por outro lado, o governo português opunha-se à Frente Nacional Francesa (*DM* 30-9-1936). Nesse momento realizou-se um Comício anticomunista no Porto. Segundo o jornal, havia dois setores comunistas: o da III Internacional e o outro formado por comunistas desenquadrados do movimento. Foi nesta fase, que se deu a revolta dos marinheiros da Organização Revolucionária da Armada (ORA) influenciada pelo PCP através da qual, em Setembro de 1936 foram ocupados os navios de guerra

Dão, Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque que tentaram sair da barra do Tejo. Fica a dúvida de saber se a sublevação era uma ação de solidariedade direta com a Espanha republicana. A revolta encontrou resistência e acabou num banho de sangue. O PCP que dirigia a ORA demarcou-se dessa ação em artigos críticos de Alberto Araújo⁽⁹⁾ (Pimentel 2018). Por seu lado, o Governo publicou uma Nota Oficiosa contra a ação confessando que se via obrigado a reforçar e a intensificar a ofensiva contra a oposição. Para além disso, decretou «o repúdio expresso do comunismo e ideias subversivas para se ser funcionário público» (DM 1-9-1936). Por outro lado, o regime viu nos exilados portugueses em Espanha verdadeiros traidores nomeadamente Moura Pinto, Jaime Cortesão e Jaime de Moraes. O conflito latente entre os dois países e a sua agudização levou o Governo português a interromper as relações diplomáticas com Espanha enquanto reconhecia o Governo falangista de Burgos⁽¹⁰⁾. Nessa sequência, realizou-se em Lisboa uma «grande manifestação» a favor do Governo com intervenções de Salazar e Nobre Guedes. Para os dirigentes do regime travava-se em Espanha uma luta entre a «Civilização e a barbárie». Contra isso, ter-se-iam erguido em Portugal as bandeiras dos sindicatos, da Legião e organizado manifestações anti-comunistas em Lisboa e no Porto e noutras localidades como Coimbra e Figueira da Foz nas quais os participantes aclamaram o Estado Corporativo e os seus chefes.

Nesta guerra contra o comunismo, manifestavam a sua unidade a Alemanha, a Itália e Portugal. Havia, por vezes, atentados bombistas no nosso país que eram empolados pelo jornal em análise. Estes atos de violência foram refutados ao mesmo tempo que foi lançada uma contra-ofensiva ideológica contra o comunismo. Por seu lado, o Episcopado

(9) Alberto Araújo (1909-1955) foi um intelectual comunista que desempenhou um papel significativo na sua luta contra o fascismo. Era licenciado em Filologia Clássica e Estudos Camonianos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aderiu à Juventude Comunista em 1933 e depois ao PCP em 1934. Trabalhou com Bento Gonçalves no jornal *Avante* antes de ser preso e enviado para o Tarrafal. Assumiu depois disso a direção do jornal comunista como membro do Secretariado. Trabalhou na formação da Frente Popular Portuguesa. A PIDE prendeu-o em 1937 tendo permanecido em Caxias até ser enviado para o Tarrafal em junho de 1938. Foi libertado, a seguir à Segunda Guerra Mundial, depois de seis anos e meio de violência e tortura. Tendo perdido a saúde a partir dessa altura viria a morrer em 1955.

(10) A Falange Espanhola que seria o partido que sustentou o regime de Franco, foi fundada no Teatro da Comédia de Madrid, a 29 de outubro de 1933, pelo advogado madrilenho José António Primo de Rivera e Sáenz de Heredia, filho de Miguel Primo de Rivera, o ditador que governou a Espanha entre 1923 e 1930. Varela 2018, 80.

português lançou a lume uma Pastoral Coletiva contra o adversário marxista-leninista. O *DM* testemunhava o apoio de Portugal, «sem hesitações nem tibiezas», ao franquismo durante a guerra por um grupo social significativo. Essa ajuda foi dada num momento em que a situação interna de Espanha era ainda confusa e incerta. No plano diplomático, havia uma certa desorientação nos Governos devido aos efeitos da propaganda enquanto o Governo de Salazar travou uma dura campanha em torno do problema espanhol e em defesa da Espanha nacionalista (*DM* 31-12-1937). Com o espectro do conflito internacional a alastrar e com a falência das propostas de paz de Chamberlain em 1938, o jornal continuava a revelar um grande otimismo quando afirmava em 1 de janeiro de 1939, que esse ano seria de paz. Para o articulista, o ano de 1938 fora o da ruína da SDN, dos governos de frente popular, do Komintern e das Internacionais Marxistas: o bolchevismo e a maçonaria teriam sido desacreditados pelos resultados da sua ação e pelos «seus métodos de destruição e de desordens, anti-sociais e desumanas». Tinha ruído o comunismo na Checoslováquia, desfeita a diplomacia russa e tudo levava a crer que o mesmo aconteceria com «o pacto franco-soviético e a chamada frente das democracias».

Desde que durava a guerra civil em Espanha que o *DM* foi noticiando com grande destaque a evolução do conflito militar numa posição completamente franquista. Como leitores do jornal optámos por não o seguir nesta matéria interessando-nos antes os aspetos políticos da guerra. A partir de 1939, os jornalistas do diário foram-se afastando da questão nacional para se centrarem nos problemas internacionais. Não admira que fosse assim, pois os países iam-se preparando cada vez mais para a Segunda Guerra Mundial. Por seu lado, o conflito em Espanha caminhava para o seu termo com a esperada vitória das forças franquistas. O jornal afirmava, neste contexto, que a vitória da Espanha nacionalista também era a vitória de Portugal que a apoiara. A derrota das forças republicanas em Espanha (em 1939) punha termo ao «perigo espanhol» e criava condições para uma paz estável na Península Ibérica facto que viria a suceder com a não intervenção dos dois países na Segunda Guerra Mundial. Como vimos, a vitória das forças franquistas / fascistas em Espanha ficou a dever-se também à grande ajuda do Estado Novo aos nacionalistas espanhóis. Isso levou com que Portugal e Espanha assinassem mutuamente, em 17 de março de 1939, o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, completado por um protocolo adicional em 29 de julho de 1940.

Conclusão

Os Editoriais do jornal *Diário da Manhã* revelaram-se uma boa fonte para o estudo da construção do Estado Novo e para o entendimento da sua «doutrina». Quotidiano oficial da UN, como se disse, deu-nos uma certa informação sobre o partido do poder e as suas funções políticas no quadro do regime. Pudemos verificar que, até 1936, a organização desempenhava as funções que qualquer partido levava a cabo. Criada pelo Estado e a ele subordinada, a UN fazia propaganda, organizava eleições e escolhia os candidatos a deputados para as suas listas. Tendo como chefe Salazar, o seu poder radicava bastante no Presidente da Comissão Executiva e nas Comissões distritais do partido. Não era e nunca foi uma organização de massas como o regime também o não foi. É certo que se realizavam manifestações em conjunturas difíceis, mas a participação popular nunca foi massiva.

Isto acontecia num quadro de crítica levada a cabo pelo jornal contra os princípios ideológicos que fundamentavam o demoliberalismo. Receando o eventual regresso ao sistema político baseado na Constituição de 1911 apenas substituindo o parlamentarismo por um presidencialismo, os salazaristas acusavam o individualismo filosófico de estar na origem do liberalismo e da democracia. Ou seja, Salazar e os seus dirigentes substituíam o modelo político do século XIX e dos princípios do século XX por uma estrutura política corporativa. O Estado Unitário e Corporativo tinha sido consagrado na Constituição de 1933 aprovada após a realização do plebiscito de 19 de março desse ano. Nessa sequência, os salazaristas puseram em marcha toda uma ideologia que tinha a função de legitimar uma economia autodirigida pelas corporações. Filiado ideologicamente nas ideias do catolicismo social e do fascismo, especialmente nas teses do italiano Bottai, o Corporativismo deveria terminar com a luta de classes. Na verdade, ele representava a conciliação social e o fim dos conflitos entre o capital e o trabalho. Através dos grêmios, dos sindicatos, das Casas de Povo e das Casas de Pescadores assistir-se-ia a uma harmonização social que facilitaria o progresso económico que o país encetara com a legislação de Salazar.

No momento em que a UN perde claramente muita da sua importância inicia-se a guerra civil de Espanha na qual Portugal se viu envolvido com a participação da Legião Portuguesa ao lado das tropas franquistas e de muitos portugueses exilados em Espanha no apoio aos republicanos. Com intervenção direta da Alemanha de Hitler, da Itália

de Mussolini e do Portugal de Salazar, por um lado, e da URSS, por outro, a Espanha tornou-se num país de afrontamento das ideologias opostas. A guerra encontrava reflexos em Portugal, porque sendo um país vizinho de Espanha sentia o horror do conflito refletido no interior das suas fronteiras. O *DM* foi relatando aos seus leitores a evolução da situação militar, embora isso não tenha sido objeto da nossa investigação. Preferimos antes entender os problemas político-ideológicos na relação dos países ibéricos e de uma Europa atenta e preocupada. Ao fim de cerca de quatro anos de devastação social em Espanha triunfaram as forças franquistas com toda a ajuda externa enquanto os republicanos ofereceram uma grande resistência. Entretanto a Europa e o mundo caminhavam muito rapidamente para a Segunda Guerra Mundial com todas as suas violências e tragédias (ex. o Holocausto).

Bibliografia:

- Brito J. M. Brandão de (1996). «Corporativismo», in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- « - » (2012). *Corporativismo Fascismos Estado Novo*, coord. de Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Almedina.
- Cruz, Manuel Braga da (1984). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- « - » (1996). «União Nacional», in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Diário da Manhã* (1931-1939).
- Gómez, Hipólito de la Torre (2011). *O Estado Novo de Salazar*. Lisboa: Texto Editores, 2ª ed.
- Loff, Manuel (2008). «O Nosso Século é Fascista!». *O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- Neto, Vítor (2015). «Carneiro Pacheco e a Escola. O Regresso de Deus», in *Tempo e História Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, César (1988). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, 2ª ed.
- Pimentel, Irene Flunser (2018). *Inimigos de Salazar. A história das principais figuras que arriscaram a liberdade, o trabalho e a vida contra a ditadura*. Lisboa: Clube do Autor, S. A.

- Pinto, António Costa (2015). *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Ed. 70.
- Rosas, Fernando (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*, in *História de Portugal*, vol. 7º, dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores.
- « - » (2012). *A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Serapiglia, Daniele, (2011). *La via portoghese ao corporativismo*. Roma: Carocci Editore.
- Serrano, Clara (2017). *Arte de Falar e Arte de Estar Calado. Augusto de Castro. Jornalismo e Diplomacia*. Coimbra: IUC.
- Tengarrinha, José (1999). «Diário da Manhã», in *Dicionário de História da Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, coord, António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa. Lisboa: Livraria Figueirinhas.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estados Novos. Estado Novo*, vol. I. Coimbra: IUC.
- Varela, Raquel (2018). *Breve História da Europa. Da Grande Guerra aos Nossos Dias*. Lisboa: Bertrand Editora.